



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Publica
Análise Conclusiva do Controle Interno

TOCANTINÓPOLIS - CÂMARA MUNICIPAL

387.175.141-34 - FLAVIA VINHAL LAGARES

Período Referência: 2012/2

Entrega de dados: 29/05/2012 16:08:32 - Tempestivo

Independente Financeiramente?

Sim

Lei de Instituição do Controle Interno:

02/2005

Poder Legislativo

1) Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?

Resposta: Sim

2) Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?

Resposta: Sim

3) Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?

Resposta: Sim

4) Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal?

Resposta: Sim

5) Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência?

Resposta: Não

6) Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores?

Resposta: Não

7) Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?

Resposta: Não

8) O Poder Legislativo recolhe aos cofres municipais os impostos retidos sobre pagamentos efetuados?

Resposta: Sim

9) Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade?

Resposta: Sim

10) O Poder Legislativo possui quadro de pessoal próprio, instituído por lei?

Resposta: Não

Comentário: o Poder Legislativo Municipal ainda não possui quadro de pessoal próprio, existindo Resolução Legislativa que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado.

11) O quantitativo de pessoal é compatível com o quadro aprovado?

Resposta: Sim

12) Os servidores foram admitidos através de concurso público?

Resposta: Não

Comentário: o Poder Legislativo Municipal ainda não possui quadro de pessoal próprio, existindo Resolução Legislativa que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado.

13) Os documentos relativos ao concurso e os atos de nomeação/admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?

Resposta: Não

Comentário: o Poder Legislativo Municipal ainda não possui quadro de pessoal próprio, existindo Resolução Legislativa que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado.

14) Existem servidores contratados por tempo determinado?

Resposta: Sim

Comentário: o Poder Legislativo Municipal ainda não possui quadro de pessoal próprio, existindo Resolução Legislativa que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado.

15) Os contratos estão autorizados por lei específica e motivos devidamente justificados?

Resposta: Sim

16) Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?

Resposta: Sim

17) A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?

Resposta: Não

18) A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?

Resposta: Não

19) Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?

Resposta: Não

20) Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?

Resposta: Não

21) O Poder Legislativo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal ? LRF e na forma do disposto nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN?

Resposta: Sim

22) O Poder Legislativo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal ? LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

23) Qual o número de vereadores da localidade?

Resposta: 09 (nove) Vereadores. Na Legislação 2013/2016 o número de Vereadores passa a ser de 11 (onze) Vereadores

24) Qual o percentual além do subsídio é pago ao vereador presidente da Câmara Municipal?

Resposta: 50% (cinquenta por cento)

25) O subsídio de cada vereador está de acordo com o limite máximo estabelecido no art. 29, VI da Constituição Federal?

Resposta: Sim

26) O total de gastos com subsídio de vereadores obedeceu ao limite de até 5% da receita do município?

Resposta: Sim

27) O total da despesa com o Legislativo Municipal em relação à receita arrecadada do exercício

anterior está de acordo com o art. 29-A da Constituição Federal?

Resposta: Sim

28)O total da despesa da folha de pagamento da Câmara Municipal foi inferior aos 70% do repasse ao Poder Legislativo?

Resposta: Sim

29)O Poder Legislativo possui Comissão Permanente de Licitação regular?

Resposta: Não

Comentario: O Poder Legislativo não possui Comissão Permanente de licitação Regular. Os Processos Licitação porventura existentes são procedidos na forma simplificada de análise em virtude de não existir no quadro de pessoal, contratado ou efetivo, servidores em número suficiente para formação da Comissão de Licitação.

30)Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal no 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?

Resposta: Não

Comentario: O Poder Legislativo não possui Comissão Permanente de licitação Regular. Os Processos Licitação porventura existentes são procedidos na forma simplificada de análise em virtude de não existir no quadro de pessoal, contratado ou efetivo, servidores em número suficiente para formação da Comissão de Licitação.

31)Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores?

Resposta: Sim

32)Houve análise e manifestação do responsável pelo controle interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?

Resposta: Sim

33)Todos os processos de realização de despesas são submetidos à análise do Controle Interno?

Resposta: Sim

34)Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?

Resposta: Não

35)Houve despesas não empenhas de competência do referente período?

Resposta: Não

36)No Poder Legislativo existe instrumento legal determinando o valor disciplinando a concessão e pagamento de diárias?

Resposta: Sim

37)Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:

Resposta: O Poder Legislativo Municipal ainda não realizou concurso público para regularização do quadro de pessoal.

38)NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto às falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas).

Resposta: O Poder Legislativo Municipal ainda não realizou concurso público para regularização do quadro de pessoal. Foi comunicado a mesa diretora a necessidade de realização de concurso público.